

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.349 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2001



Um dos projetos aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos facilita a obtenção de recursos para modernização das "máquinas administrativas" municipais

Municípios podem ter acesso mais fácil a crédito oficial

Projetos aprovados pela CAE beneficiam também os estados e o Distrito Federal

O acesso de estados e municípios a linhas de crédito oficial e de instituições internacionais que exijam aval do Tesouro Nacional pode tornar-se mais fácil. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem três projetos de resolução que eliminam exigências e entraves burocráticos. De autoria dos senadores Romero Jucá, Paulo Souto e Paulo Hartung, os projetos serão agora analisados pelo Plenário.

PÁGINA 6

Educação aprova projeto que previne crimes na Internet

PÁGINA 11

A regulamentação do acesso a informações da Internet foi votada na Comissão de Educação



O Plenário do Senado também aprovou ontem empréstimos para os estados do Ceará e Pernambuco

Senadores consideram "virada histórica" a restrição a MPs

As restrições à edição de MPs representam "virada histórica" nas prerrogativas do Congresso, segundo afirmam José Fogaça, Lúcio Alcântara, Casildo Maldaner e Ney Suassuna ao discutir a proposta.

PÁGINA 3

Sarney pede cotas para negros

Senador defende aprovação de seu projeto que introduz sistema de cotas para os negros, com reservas de vagas nas universidades e nos concursos públicos.

PÁGINA 8



Sarney apóia "discriminação positiva"



O ministro José Serra (segundo à esquerda) foi recebido no Senado por Sérgio Machado, Edison Lobão e Romero Jucá

Serra defende interferência do governo nos planos de saúde

PÁGINA 9

ICMS sobre petróleo pode ficar com estado produtor

Proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo deve ser votada hoje pelo Plenário, juntamente com iniciativa de Jefferson Péres que institui o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental

O Senado vota hoje, em segundo turno, proposta de emenda à Constituição do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que atribui aos estados produtores a cobrança de ICMS nas operações interestaduais com petróleo, lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados. Atualmente, esse ICMS é cobrado nos estados consumidores.

Geraldo Melo defende a iniciativa argumentando que a não-incidência de ICMS nos estados que produzem o combustível não beneficia o usuário e ainda prejudica o estado produtor, que é proibido de arrecadar o tributo. Ele também diz que, ao transferir para o estado consumidor toda a receita dessa cobrança, a Constituição consagra um mecanismo de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas.

Na mesma sessão, o Senado vota proposta de emenda constitucional do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que institui, para vigorar de 2001 a 2013, o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, destinado a promover o desenvolvimento econômico sem agredir o meio ambiente.

O Plenário também delibera sobre projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) modificando o conselho administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) para nele incluir representantes dos municípios situados no Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia. Hoje, o conselho admite, entre outros integrantes, apenas os prefeitos das capitais desses estados.

Também hoje, o Senado inicia a discussão de proposta que facultava aos dentistas a acumulação de dois cargos nos quadros da administração pública. Hoje, a Constituição permite a acumulação remunerada de cargos públicos apenas aos médicos e professores.



QUARTA-FEIRA, 29 DE AGOSTO DE 2001

AGENDA

Presidente
Senador Edison Lobão (interino)

11h — Recebe delegação de dirigentes sindicais chineses
12h — Recebe os senadores Sebastião Rocha e Romeu Tuma; os deputados Raphael Guerra e Laura Carneiro e representantes do Conselho Nacional de Saúde, dos órgãos de defesa do consumidor e de entidades médicas
15h — Recebe o deputado Antonio Joaquim, acompanhado do presidente do Clube de Regatas Flamengo, Edmundo Santos Silva
19h — Participa do lançamento do livro *Samey — O Outro Lado da História. Salão Negro*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLS nº 44/01, altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 68/91 (Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus — Suframa; PLC nº 69/00, acrescenta parágrafo ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; votação, em segundo turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 8/95, dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do artigo 155 da Constituição federal (isenção de ICMS); Mensagem nº 100/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Maria Lúcia Santos Pompeu Brasil para exercer a função de embaixadora do Brasil junto à República de El Salvador; Mensagem nº 164/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Marco Antônio Diniz Brandão para exercer a função de embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia; Parecer nº 828/01, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de José Coelho Ferreira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); e PLC nº 86/96, altera o parágrafo 1º do art. 39 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o art. 236 da Constituição federal, dispondo sobre os serviços notariais e de registro.

19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional

Pauta: apreciação de medidas provisórias e de projetos de lei (créditos suplementares). *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 26/99, que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone. Convidados: diretores Carlos Scher, do Hospital de Cardiologia de Laranjeiras, e Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; representantes Dóris Maria Hessel, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, e Aloísio Faria de Souza, da Sociedade Brasileira de Medicina Estética; Ivo Pitanguy, cirurgião plástico; e Carlos Augusto Carpamed, presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica (Seção DF). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PLS nº 108/01, acrescenta parágrafos 7º, 8º e 9º ao artigo 47 da Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PLS nº 229/00, proíbe o arrematamento ou propagação de bocas-de-urna no dia da eleição; emendas nºs 1 a 4 da Câmara ao PLS nº 112/88, concede incentivos fiscais ao empregador que admitir pessoas portadoras de deficiência física e maiores de 60 anos; emendas nºs 9 e 10 de plenário oferecidas ao PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PR nº 82/00, que dispõe sobre a polícia do Senado Federal; PEC nº 3/99, altera dispositivos constitucionais para incluir, na competência

da União, a instituição do imposto sobre lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos, vinculando a receita dele decorrente a obras no sistema nacional de viação e à preservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis; PEC nº 56/99, altera a Constituição federal para reduzir de oito para quatro anos o mandato de senador e estabelecer a idade mínima de 28 anos como condição de elegibilidade para os cargos de presidente, vice-presidente e senador; PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; PEC nº 43/00, modifica a redação dos artigos 20, III, e 26, I, da Constituição federal, para definir a titularidade das águas subterrâneas; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLC nº 13/98, revoga o art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, que trata da alienação fiduciária; PLC nº 90/00, altera o artigo 22 da Lei nº 4.591/64, que dispõe sobre o condomínio em edificação e as incorporações imobiliárias (mandato de síndico); PLC nº 99/00, acrescenta inciso ao art. 9º da Lei nº 8.457/92, que organiza a Justiça Militar da União e regula o funcionamento de seus serviços auxiliares; PLC nº 102/00, altera dispositivos da Lei nº 8.457/92, alterando critérios para composição do Conselho Especial e Permanente da Justiça Militar, buscando uma flexibilidade maior para as substituições de juizes militares que o integram, nos casos de imperativa necessidade de serviço; PLC nº 107/00, extingue a 5ª e a 6ª auditorias da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, extingue cargos da magistratura e do quadro permanente das auditorias da Justiça Militar da União; PLC nº 8/98, dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização no país de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição; PLC nº 53/00, dispõe sobre o desmembramento dos conselhos federal e regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Requerimento nº 302/01, do senador Eduardo Suplicy e outros, solicitando ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, informações sobre os cotistas e acionistas dos fundos de investimentos mais lucrativos, principalmente de juros e câmbio, dos bancos FonteCindam, Marka, Modal, Boa Vista e Pactual, durante os anos de 1997 e 1998; Requerimento nº 230/01, da senadora Marina Silva, solicitando ao ministro da Fazenda informações sobre a lista de todas as operações de crédito externo realizadas com o setor privado brasileiro, de 1990 à presente data; PDL nº 42/00, aprova o texto final, após modificações de cunho vernacular, em substituição àquele encaminhado pela Mensagem 1.259/96, da Convenção Interamericana contra a Corrupção; PLS nº 497/99-Complementar, autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Amapá e Pará (Riapá) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Delta do Rio Amazonas; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP) e altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal); PLS nº 162/99 (tramitando em conjunto com os PLSs nºs 288 e 309, de 1999), que dispõe sobre indisponibilidade de bens de vítimas de seqüestro; PLS nº 443/99, altera os artigos 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição federal, modificada pela MP nº 1.774-26; PLS nº 445/99, acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelecendo condições para o parcelamento de multas por infração de trânsito; PLS nº 255/00, dá nova redação ao art. 6º e acrescenta os artigos 10-A e 10-B à Lei nº 9.469/97, para, nos termos dos parágrafos 3º e 4º do art. 100 da Constituição federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 30/00, conceituar as obrigações de pequeno valor e disciplinar o pagamento de obrigações de pequeno valor e do crédito de natureza alimentícia devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária transitada em julgado (precatório); PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 (Código de Processo Civil); PLS nº 289/99, altera a redação do artigo 75 e seu parágrafo 1º, e do art. 159 e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal Brasileiro), e suprime o parágrafo único do art. 8º da Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal), para aumentar a pena para os crimes de extorsão, mediante seqüestro, e restringir o abrandamento na aplicação da pena; PLS nº 172/99, altera o artigo 261 da Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro; PLS nº 47/00, altera a Lei nº 8.666/93, que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública, para o fim de disciplinar a afiação de placa indicativa da realização de obras ou de serviços nas condições e formas que menciona; PLS nº 469/99, institui diretriz a ser observada pela União, pelos estados e municípios na implementação de programas habitacionais; PLS nº 543/99, dispõe sobre o seguro-garantia; PLS nº 635/99, estabelece instrumentos legais de prevenção e repressão à falsificação de obras de artes visuais; PLS nº 352/99, acrescenta parágrafo ao artigo 2º da Lei nº 8.629/93, que dispõe sobre a

regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III da Constituição federal; PEC nº 7/01, acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 50 da Constituição federal (dispõe sobre o acesso a informações e documentos sigilosos); PEC nº 38/00, dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 55 da Constituição federal, para exigir voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador nas hipóteses dos incisos I, II e VI do caput do mesmo artigo; PLS nº 113/00-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; PLS nº 188/00, estabelece critérios para a nomeação para ministro do Tribunal de Contas da União; e emendas nºs 1 e 2 da Câmara oferecidas ao PLS nº 273/91, transfere ao domínio do estado de Roraima terras pertencentes à União. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: apreciação de Avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

ESPECIAL

11h — Assinatura do acordo do Interlegis e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no âmbito do Programa Nacional Antidrogas. *Interlegis — Anexo "E" do Senado*
19h — Lançamento do livro "Samey — O Outro Lado da História", do jornalista Oliveira Bastos. *Salão Negro do Senado*

PREVISÃO
PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: homenagem a Pedro Aleixo pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 1-B/95, altera dispositivos dos artigos 48, 57, 61, 62, 64, 66, 84, 88 e 246 da Constituição federal (limitação à edição de medidas provisórias); votação, em primeiro turno, da PEC nº 6/98, inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; votação, em primeiro turno, da PEC nº 11/98, acrescenta parágrafo ao art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, dispondo sobre a situação funcional dos servidores e empregados públicos federais legalmente cedidos a órgãos e entidades da União; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 57/99, dá nova redação ao art. 243 da Constituição federal (destinação de área de culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou de exploração de trabalho escravo); PLS nº 190/99-Complementar; altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes deste até o segundo grau; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária; Requerimento nº 416/01, do senador Carlos Patrocínio, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 67/01, de sua autoria; Requerimento nº 431/01, do senador José Eduardo Dutra, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 242/00 e 98/01, por regularem a mesma matéria; e Requerimento nº 441/01, do senador Jefferson Péres, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 27/01, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quinta-feira

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento de Edmundo Santos Silva, presidente do Flamengo. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: **Jader Barbalho (licenciado)**
Presidente em exercício: **Edison Lobão**
2º Vice-Presidente: **Antonio Carlos Valadares**
1º Secretário: **Carlos Wilson**
2º Secretário: **Antero Paes de Barros**
3º Secretário: **Ronaldo Cunha Lima**
4º Secretário: **Mozarildo Cavalcanti**
Suplentes de Secretário: **Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos**

Diretor-Geral do Senado: **Agaciél da Silva Maia**
Secretário-Geral da Mesa: **Raimundo Carneiro Silva**
Diretor da Sec. de Comunicação Social: **Carlos Augusto Setti**
Diretora de Divulgação e Integração: **Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150**
Diretora da Jornal do Senado: **Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170**
Diretor da Agência Senado: **Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327**
Editores: **Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade**
Diagramação: **Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva**
Revisão: **Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho**
Fotos: **Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo**
Arte: **Cirilo Quartim**

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: **Praça dos Três Poderes Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar Brasília - DF - 70165-920**

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Relator do projeto, Álvaro disse ser incompreensível a resistência do governo à aprovação da matéria



Para Roberto Saturnino, projeto é um dos mais importantes em tramitação na Casa

Inclusão de Sociologia e Filosofia no currículo será votada dia 18

Depois de ampla discussão, o Senado adiou para 18 de setembro a votação do projeto que introduz Filosofia e Sociologia como matérias autônomas e obrigatórias nos currículos do ensino médio. O líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), pediu o adiamento da decisão, para que no dia 11 a Comissão de Educação ouça o ministro Paulo Renato Souza sobre o assunto.

Com as galerias do Plenário ocupadas por professores e alunos de Sociologia, Jucá argumentou que essa audiência propiciará a votação da matéria em comum acordo. Ele prometeu não apresentar nenhuma emenda para postergar a decisão.

Relator da matéria, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) considerou incompreensível a resistência do governo à aprovação do projeto, cuja deliberação já foi adiada uma vez, dando tempo ao Executivo de mudar de opinião.

Álvaro Dias afirmou que há uma expectativa no meio educacional

favorável à aprovação do projeto, em sua opinião, de notável importância.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) também se disse espantada com a posição do governo. Em sua opinião, qualquer pessoa de bom senso sabe da importância dessas disciplinas na formação da sociedade.

Já o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) definiu o projeto como um dos mais importantes sob o exame da Casa e afirmou estar na expectativa de ouvir "as incríveis razões do ministro Paulo Renato" contrárias à iniciativa.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) manifestou seu entendimento de que esse deveria, em tese, ser um projeto do interesse de todos, sobretudo de um presidente da República que é sociólogo.

Os senadores Emilia Fernandes (PT-RS), José Alencar (PMDB-MG), Arlindo Porto (PTB-MG), Lauro Campos (PDT-DF) e Carlos Bezerra (PMDB-MT) também se manifestaram a favor do projeto.

Ceará e Pernambuco recebem autorização para empréstimo

Em regime de urgência, o Senado aprovou ontem projetos de resolução autorizando os estados do Ceará e Pernambuco a contratarem empréstimos junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Ceará quer contratar operação de US\$ 7 milhões e Pernambuco, um empréstimo de US\$ 5,1 milhões. Os dois estados informaram que os recursos serão aplicados no Projeto de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste. O senador Lauro Campos (PDT-DF) anunciou seu voto contra os dois empréstimos.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), por sua vez, voltou a insurgir-se contra autorizações de endividamento, que, em sua opinião, não resolvem nenhum dos problemas do país. Ela defendeu a aplicação de recursos no Nordeste, mas sustentou que não se resolverão os problemas daquela região com endividamento externo.

Já o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu os empréstimos dizendo que eles constituem dinheiro barato para ser aplicado em saneamento básico, a fim de incentivar o turismo na região. As matérias agora vão à promulgação.

Senadores consideram limite às MPs como virada histórica

Proposta de emenda constitucional oriunda do Senado que põe fim à reedição das medidas provisórias será votada amanhã em segundo turno

Na primeira sessão de discussão em segundo turno da proposta de emenda à Constituição que restringe o uso das medidas provisórias, quatro senadores manifestaram o entendimento de que a aprovação dessa matéria significará uma virada histórica nas prerrogativas do Parlamento.

— Estamos virando uma página da história constitucional do país. Esta é uma duríssima limitação ao poder de editar medidas provisórias — disse o senador José Fogaça (PMDB-RS).

Fogaça lembrou que o presidente da República não ficará impedido de editar MPs; apenas não terá mais no Congresso "o parceiro omissor" com que conta hoje. O senador ressaltou que não haverá mais sessões do Congresso sem quórum, mas ágeis e eficazes sessões separadas da Câmara e do Senado, que examinarão as medidas provisórias separadamente.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) referiu-se ao texto, que será votado amanhã, como fruto do amadurecimento e do trabalho de muitos que se debruçaram sobre o assunto. Ele definiu como



José Fogaça: presidente da República não terá mais no Congresso "o parceiro omissor"



Lúcio Alcântara: texto da PEC é fruto do amadurecimento e do trabalho de muitos

constrangedora a situação em que o Senado se encontra, aguardando que o Supremo Tribunal Federal diga se o presidente interino da Casa é quem preside as sessões do Congresso.

Também afirmou que a instituição Congresso é uma



Casildo Maldaner: MPs não serão mais permanentes, como acontece hoje

ficção, até por que ninguém jamais votou nos nomes que compõem sua Mesa diretora. Ele recomendou que, além da reforma política,

se realize também uma reforma no funcionamento das duas Casas do Parlamento e se reduza ao mínimo suas reuniões conjuntas.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que as medidas provisórias não serão mais permanentes, como acontece atualmente,

mas passarão a ser de fato provisórias. E o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) ressaltou que o projeto não é o ideal, mas o possível.

Aprovado funcionamento de sete emissoras

Mediante decretos legislativos, que agora vão a promulgação, o Senado aprovou ontem autorizações para o funcionamento de sete emissoras de rádio.

São elas: Associação Comunitária Dom Oscar Romero, de Santa Luzia (MA); Associação Comunitária Pró-Desenvolvimento Cultural e Turístico de Caconde, de Caconde (SP); Associação de Desenvolvimento Comunitário de Abel Figueiredo (PA); Associação Comunitária, de Santa Rita do Sapucaí (MG); Associação de Moradores do Centro da Cidade, de Pombal (PB); Fundação Educativa Cultural José Allamano, de Boa Vista (RR); e Associação Comunitária de Comunicação e Cultural Ribamaense, de São José de Ribamar (MA).

CCJ examina mudanças na propaganda eleitoral

A determinação de critérios para distribuição do horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão e o fim da prática da boca-de-urna estão entre as medidas que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai examinar em sua reunião de hoje, a partir das 10h.

Um dos projetos, apresentado pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), estabelece que nas eleições em que houver duas vagas para senador o tempo de propaganda no rádio e na televisão destinado aos dois candidatos seja dividido igualmente. No caso de desistência ou não apresentação da segunda candidatura, o candidato único passa a ter direito à metade do tempo destinado à legenda, enquanto a outra metade será dividida igualmente entre os demais partidos e coligações. A proposta tem parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

O outro projeto, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), proíbe a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos no dia da eleição, prática conhecida como boca-de-urna. Fica vedada a divulgação de publicações, faixas, outdoors, cartazes, adesivos, *bottons* ou dísticos. O projeto prevê a proibição de funcionamento naquele dia de postos de distribuição de material de propaganda eleitoral. O parecer do relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), é favorável.

Já proposta de emenda constitucional, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), reduz de oito para quatro anos o mandato de senador e reduz de 35 para 28 anos a idade mínima para os candidatos a presidente e vice-presidente da República e senador. O relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), emitiu parecer contrário.

Assessor da comissão ouve no Rio ex-gerente de banco

O responsável pela agência Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, depôs na Polícia Federal sobre aplicações realizadas com recursos do Banpará

O ex-gerente da agência Jardim Botânico, do banco Itaú, Getúlio Motta Neto, afirmou que o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), movimentava pessoalmente a conta aberta naquela agência, localizada no Rio de Janeiro. De acordo com o auditor do Banco Central Abraão Patrui, a conta teria recebido valores decorrentes de operações financeiras realizadas com recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará). Getúlio Motta Neto depôs segunda-feira

na Superintendência da Polícia Federal no Rio, perante o assessor da comissão que investiga o caso, Paulo Lacerda.

O ex-gerente não soube explicar por que resíduos de aplicações financeiras, segundo Patrui feitas com recursos do Banpará, foram depositados na conta de Jader. Getúlio Motta também não explicou por que cheques administrativos do Banpará foram compensados na agência que ele dirigia.

Para esclarecer essas questões, a comissão pretende ouvir ama-

nhã o ex-gerente da agência central do Banpará Marcílio Guerreiro. De acordo com o senador Romeu Tuma (PFL-SP), coordenador dos trabalhos, Guerreiro não quer depor com medo de ser incriminado ou até mesmo preso.

— Vamos conversar com seu advogado para mostrar que a comissão deseja a sua colaboração — disse Tuma. A comissão deverá apresentar relatório sobre o caso em 3 de setembro. Tuma adiantou que já trabalha na redação do documento.

Casal afirma que pagou US\$ 1,3 mi por TDAs

O casal Vera Arantes e Serafim Rodrigues confirmou à comissão do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que investiga as denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), que pagou, em dezembro de 1988, cerca de US\$ 1,3 milhão por títulos da dívida agrária (TDAs) ao empresário Vicente Pedrosa. Serafim Rodrigues disse que em nenhum momento presenciou Jader receber o cheque referente à operação. O casal esteve ontem no Senado para participar de acareação com Pedrosa, que não compareceu.

O empresário enviou ofício à comissão alegando que havia sido convocado para prestar esclarecimentos sobre a operação e não para se submeter a uma acareação. No documento, Pedrosa, segundo o senador Romeu Tuma (PFL-SP), usa termos ofensivos contra Vera Arantes e Serafim Rodrigues.



A comissão que investiga acusações contra Jader ouviu ontem o casal Vera Arantes e Serafim Rodrigues sobre negociações com títulos da dívida agrária

— O comportamento de Vicente Pedrosa indica que a verdade não está com ele — comentou Tuma, coordenador da comissão, lembrando que o empresário pode ser obrigado pela Justiça a depor.

De acordo com reportagem publicada pela revista *IstoÉ*, Vicente Pedrosa teria intermediado a venda de TDAs e transferido os recursos para a conta de

Jader. Tuma informou que Vera Arantes apresentou comprovantes bancários do pagamento efetuado com cheque do Bamerindus.

O casal confirmou também que no dia da transação encontrou-se com Pedrosa no Hotel Hilton, em São Paulo. Acrescentou ainda que na ocasião Jader teria aparecido no local e cumprimentado o casal.

João Alberto: Jader trará provas de sua inocência

O presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), presta hoje, às 10h, depoimento em seu gabinete aos integrantes da comissão que investiga desvios de recursos do Banpará. Membro da comissão, o senador João Alberto Souza (PMDB-MA) disse ontem que Jader garantiu que trará provas de sua inocência no episódio. “Ele prometeu trazer provas irrefutáveis e documentadas que encerrarão esse episódio”, afirmou João

Alberto, que informou ainda ter Jader concordado com a gravação e o registro taquigráfico do depoimento.

Segundo João Alberto, a principal questão que irá analisar é se o senador paraense mentiu em relação aos fatos que vêm sendo apurados. “É isso que nos interessa: se ele cometeu a quebra de decoro no exercício do mandato.” João Alberto admite a gravidade de eventual crime de peculato (desvio de dinheiro públi-



Para João Alberto, o Conselho de Ética não pode tratar de assuntos anteriores ao mandato

co), mas entende que o Conselho de Ética não pode tratar de assuntos anteriores ao mandato. “Temos um regulamento, que precisamos respeitar”, frisou.

Lobão pede apuração de denúncia contra Valmir

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, encaminhou ao corregedor-geral da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP), pedido de abertura de sindicância para apurar denúncias publicadas ontem no *Jornal do Brasil* contra o senador Valmir Amaral (PMDB-DF).

De acordo com a matéria publicada, o senador utilizaria os serviços de dez assessores para cuidar de seus negócios particulares, como concessionárias

de transporte urbano, táxi aéreo e revendas de automóveis. Os funcionários — servidores comissionados — seriam contratados por seu gabinete e pagos com dinheiro do Senado.

Ainda segundo o *Jornal do Brasil*, ao contratar funcionários pelo Senado, Valmir Amaral economiza mensalmente cerca de R\$ 17 mil em salários e outros R\$ 17 mil referentes a contribuições sociais e direitos trabalhistas.

Requião solicita que CCJ analise pedido de licença

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) solicitou à Mesa do Senado que submeta à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pedido de licença encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que ele seja processado por suposto crime de difamação contra

Cândido Manuel Martins de Oliveira, ex-secretário de Segurança Pública do Paraná.

Considerando o pedido do STF “um absurdo”, Requião citou a Constituição para lembrar que “os deputados e senadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos”. No caso que motivou o pedido de licença, o senador, em

entrevista ao jornal *Folha de Londrina*, disse que “a Secretaria de Segurança Pública é corrupta e frouxa” e que “a Divisão de Narcóticos anunciada na área cria dúvida, já que não se sabe se vai ser a favor ou contra as drogas”.

Além de reiterar o teor de suas declarações, Requião registrou que, ao fazer as denúncias, apenas exercitava o seu direito de crítica previsto na Constituição. Ele informou que, após a nota publicada no jornal, a CPI do Narcotráfico, da Câmara dos Deputados, realizou investigações que culminaram com a demissão do secretário e “a prisão do diretor-geral e de três ou quatro delegados que continuam presos até hoje”.

Roberto Requião também manifestou surpresa com a pressa com que o assunto foi tratado no STF. Ele disse que o ministro Sydney Sanches, relator da matéria, recebeu no dia 20 de agosto a denúncia, assinada pelo vice-procurador-geral da República Haroldo Ferraz da Nóbrega e aprovada

pelo procurador-geral, Geraldo Brindeiro, e dois dias depois já havia despachado o processo para o Senado.

— Que bom se o ministro Sanches agisse com a mesma rapidez diante dos milhares de processos que dormitam no seu gabinete — disse. Ele também comentou que o vice-procurador-geral encontrou tempo para denunciá-lo.

Mas não encontrou para processar “os ladrões dos precatórios da CPI do Congresso da qual fui relator”.

Sobre a denúncia, Requião negou que tenha difamado alguém. Ele explicou que não se referiu à pessoa do secretário de Segurança Pública, mas à Secretaria. “A denúncia é materialmente inepta”, classificou. O senador pediu que a Mesa convide Sydney Sanches, Geraldo Brindeiro e Haroldo Ferraz da Nóbrega para explicar ao Senado “quando a Constituição foi modificada e passou a permitir que discurso de senador possa ser objeto de censura do STF ou do Ministério Público”.



Para Requião, pedido do STF para processá-lo por crime de difamação é “um absurdo”

Suplicy: Mesa deve divulgar quanto senador ganha

A remuneração dos senadores, segundo defendeu ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), deve ser devidamente informada à opinião pública, com o objetivo de esclarecer o noticiário que vem sendo veiculado pela imprensa em relação a essa questão. Suplicy solicitou à Mesa que tome a iniciativa de divulgar, por intermédio dos veículos de comunicação do Senado Federal, qual é a remuneração bruta, a remuneração líquida, quantos



Suplicy: transparência como norma

são os salários pagos e quais os direitos que cada senador tem no que se refere ao transporte aéreo e a outras vantagens.

— A melhor maneira de ter o Senado Federal respeitado pela sociedade brasileira é adotar a transparência como norma — afirmou o senador.

Eduardo Suplicy fez questão de deixar claro que o que acontece em uma ou outra Casa legislativa no país não é necessariamente o que se passa no Senado.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), no exercício da presidência nesse momento da sessão, disse que a Mesa adotará as providências para esclarecer a sociedade sobre o tema.

PPS cresce no meio sindical, diz Roberto Freire

A filiação de diversos dirigentes sindicais ao Partido Popular Socialista (PPS) foi anunciada no Senado ontem pelo senador Roberto Freire (PPS-PE). Ele afirmou que seu partido, nos últimos anos, vem ampliando de maneira significativa sua presença no movimento sindical. Disse que desde 1992, quando o PPS surgiu como sucedâneo do Partido Comunista Brasileiro, já contava com representantes de diversas categorias de trabalhadores. Recentemente outros sindicalistas ingressaram no partido e novas filiações são aguardadas para breve, o que, a seu ver, recoloca o partido na sua trajetória histórica de defesa dos trabalhadores.



Roberto Freire: sindicalistas ingressam no PPS

Recentemente outros sindicalistas ingressaram no partido e novas filiações são aguardadas para breve, o que, a seu ver, recoloca o partido na sua trajetória histórica de defesa dos trabalhadores.

Maguito Vilela denuncia pressões do governo na disputa interna do PMDB

Senador anuncia encaminhamento ao TSE de pedido de investigação judicial para apurar abuso de poder por parte do presidente Fernando Henrique Cardoso e de três ministros

O senador Maguito Vilela (GO) denunciou ontem pressões do governo na disputa pela presidência nacional do PMDB, na qual é um dos candidatos, e afirmou que está encaminhando requerimento ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com pedido de investigação judicial para apurar abuso de poder por parte do presidente Fernando Henrique Cardoso e dos ministros Eliseu Padilha, Ramez Tebet e Ovídio de Ângelis. Em discurso no Plenário, o senador disse que a disputa interna do PMDB está viciada, porque Fernando Henrique vem liberando verbas para os peemedebistas alinhados ao governo. Conforme Maguito, sua disputa não tem se dado com o outro candida-

to, o deputado federal Michel Temer, já que seu adversário tem sido o governo federal.

Maguito Vilela, que também está entrando com pedido de ação civil pública no Ministério Público Eleitoral para apurar atos de improbidade administrativa do presidente e dos três ministros, disse que no final de semana jornais importantes do país já confirmavam suas suspeitas de que estava havendo barganha de votos. Maguito afirmou que o *Correio Braziliense* aponta na maté-



Maguito Vilela afirma que seu adversário tem sido o governo federal

ria “O jogo pesado do PMDB governista” casos concretos de retaliação aos filiados que declararam apoio à sua candidatura. Já a *Folha de S. Paulo*, acrescentou o senador, em matéria assinada pelo jornalista Lúcio Vaz, mostrou “o festival de liberações de verbas aos aliados do governo na disputa interna do PMDB”.

Segundo o senador, dois dias depois do lançamento de sua candidatura, só a Secretaria de Desenvolvimento Urbano liberou R\$ 85,6 milhões, “sendo que 88% fi-

caram com os governistas”. Maguito frisou que, durante todo o ano, a mesma secretaria “só havia liberado R\$ 83 milhões”.

O parlamentar alertou que, se a convenção for mantida nesses moldes, o PMDB corre o risco de se perder “por causa de migalhas de poder”. Disse que, na condição de presidente em exercício do partido, não será conivente com um processo “eivado de vícios”, que irá condenar o PMDB a ser “um partido de segunda, apêndice de um governo capenga, submetido ao FMI”. Assim, antecipou, uma das medidas que vai estudar com o partido é o adiamento da convenção partidária.

Simon lamenta exposição do partido à “execração pública”

Na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), o presidente de seu partido, senador Maguito Vilela, expôs a agremiação política à execração pública ao se manifestar em Plenário ontem para denunciar pressões do governo na disputa interna e acusar ministros peemedebistas. Em aparte a Maguito, Simon disse que, como presidente do partido, ele deveria reunir a direção e travar o debate internamente.

— Nunca vi, na minha vida, um partido ser tão desmoralizado, tão ridicularizado pelo seu presidente — observou.



Simon: Maguito deveria ter reunido partido

Simon, que, segundo disse, tinha reunião marcada com Maguito para as 9h30 de ontem, afirmou achar-se no direito de ter sido avisado sobre o teor do pronunciamento.

— Não sei o que será da convenção do partido, mas, se repetirem o seu discurso no programa gratuito de televisão, não precisaremos ter mais adversário — comentou.

Maguito respondeu que o presidente da República e os ministros do PMDB é que estão expondo o partido à execração pública. O parlamentar frisou que, como presidente do PMDB, estava se manifestando para defender um processo limpo na disputa pela presidência do partido. O senador também garantiu que a reunião a que se referiu Simon estava marcada para segunda-feira e que sua assessoria procurou o parlamentar gaúcho, sem conseguir encontrá-lo.

Jucá nega intervenção do Executivo e repudia acusações

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) repudiou as acusações, feitas pelo senador Maguito Vilela, de que o governo estaria interferindo na disputa interna do PMDB. Ele negou que esteja havendo compra de votos ou qualquer outro tipo de pressão por parte do governo em favor da candidatura de Michel Temer e contra Maguito.

— Entendo o clima emocional que vive Maguito, que, segundo o que a imprensa noticia, está em desvantagem na disputa pela presidência do PMDB. Mas, apesar de não querer entrar nas questões internas do partido, tenho obrigação de restabelecer a verdade e repudiar as colocações gratuitas e mentirosas a respeito do governo e do presidente Fernando Henrique — afirmou.

No entendimento do senador, que falou como líder do governo, a disputa pela presidência do PMDB está sendo feita pelos próprios membros do partido. Ele opinou que, se existe na base do partido uma posição majoritária em favor da eleição de Michel Temer, o assunto deveria estar sendo discutido internamente.

Em nome da liderança do PT, o senador José Eduardo Dutra (SE) comentou que, apesar de não pretender interferir em assuntos internos do PMDB, são procedentes algumas declarações feitas por Maguito e por Roberto Requião, como a de que houve compra de votos na aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição e a de que ocorreu manipulação na liberação de verbas orçamentárias para impedir a instalação da CPI da Corrupção.



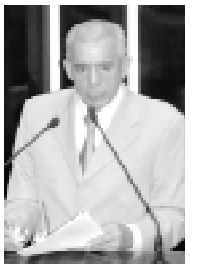
Jucá rebateu acusações ao governo

Requião culpa FHC. Iris e Mauro elogiam postura de Maguito

Em apoio ao discurso do senador Maguito Vilela, que denunciou pressões do governo na disputa interna pela presidência do PMDB, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse, em aparte, que o pronunciamento representava a indignação do peemedebista com o processo de corrupção dentro do partido desencadeado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

Requião afirmou que o grupo de oposição à chapa encabeçada por Maguito tem sido o dos adesisistas ao governo federal. “É a tradução da subserviência, que agora faz o discurso da independência”, completou. Para o senador, a outra candidatura, do deputado Michel Temer (SP), foi gerada dentro do Palácio do Planalto para desorientar o PMDB. Segundo ele, esse é “o governo da barganha e do oportunismo” e a candidatura de Maguito à presidência do PMDB representa aqueles que contestam tal modelo.

Também em aparte, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) deu seu testemunho do comportamento político de Maguito, “sempre impetuoso e idealista”. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO), para quem o país se orgulha do pronunciamento de Maguito, fez um apelo para que o presidente Fernando Henrique não use o partido como, a seu ver, está fazendo.



Iris destaca idealismo de Maguito



Mauro diz que pronunciamento orgulha o país

Acesso a crédito oficial deve ficar mais fácil para estados e municípios

Projeto de resolução aprovado ontem pela CAE estabelece novas regras para obtenção de recursos do Programa de Apoio à Gestão Administrativa. A proposta será agora votada em Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em regime de urgência, três projetos de resolução que vão favorecer o acesso dos estados, municípios e Distrito Federal a linhas de crédito oficial e de instituições internacionais que exijam aval do Tesouro Nacional. Os autores dos projetos aprovados são os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Paulo Souto (PFL-BA) e Paulo Hartung (PPS-ES).

Um dos projetos de resolução, de Jucá e relatado por Hartung, foi aprovado extrapauta. O texto estabelece novas normas de acesso aos recursos do Programa de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que dispõe de US\$ 300 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), repassados às prefeituras pela Caixa Econômica Federal (CEF), executora do programa, para modernização das "máquinas administrativas" municipais.

A proposta aprovada estabelece as condições gerais e 18 faixas de limites para as operações de crédito do PNAFM. As faixas variam de até US\$ 94,46 mil para mu-

nicipios de cinco mil habitantes a até US\$ 16,67 milhões no caso de cidades com população acima de 2,95 milhões de habitantes.

Conforme o projeto de resolução, ficam suspensas algumas das exigências feitas aos municípios como condição de acesso ao crédito, previstas na Resolução nº 78 do Senado. Uma delas excluía do acesso ao crédito o município que apresentasse resultado primário (receitas menos despesas, exceto serviço da dívida) negativo.

Outra exigência suspensa foi a obtenção de limite de 25% de receita líquida real para apresentar como garantia, além da certidão emitida por tribunal de contas quanto ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que passa a ser relativa ao último exercício analisado, e não mais ao exercício atual (como determinava a Resolução nº 78).

CERTIDÕES

Os outros dois projetos de re-



CAE aprovou a padronização de prazos para entrega de certidões por estados e municípios

solução aprovados em regime de urgência, um de autoria do senador Paulo Hartung e outro do senador Paulo Souto, facilitam o acesso ao crédito para todos os estados, municípios e Distrito Federal e suas autarquias, retirando obstáculos também impostos pela Resolução nº 78. As propostas compatibilizam os prazos de entrega de certidões seguidos pelos tribunais de contas estaduais e municipais ao espírito do que previa a Resolução nº 78, mas sem causar danos às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal, segundo alertaram os autores dos projetos. A maioria dos tribunais de contas ainda está analisando as contas dos executivos estaduais e

municipais relativas a 1999. Não se pode, portanto, exigir que sejam emitidas certidões relativas aos bimestres de 2001, explicou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), relator das matérias.

Suassuna, após discutir o assunto com líderes dos partidos e com dirigentes dos tribunais de contas, decidiu modificar o parecer inicialmente apresentado, passando a recomendar, sem ressalvas, a aprovação da iniciativa.

Os projetos de resolução aprovados ontem pela CAE, criando facilidades no acesso ao crédito para estados e municípios, vão agora a exame do Plenário, com o indicativo de urgência.

Jucá pede vista de projetos sobre primeiro emprego

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, propôs ontem buscar a viabilização, juntamente com os senadores Paulo Hartung (PPS-ES) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT), de mecanismos de estímulo ao primeiro emprego para jovens e à contratação de trabalhadores com mais de 40 anos de idade. A proposta foi feita em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), no momento em que pediu vista de projetos daqueles dois senadores, que propõem os benefícios. O senador Jefferson Péres (PDT-AM), autor de projeto similar, voltado para o estímulo ao emprego a pessoas com mais de 40 anos, também participará das discussões.

Romero Jucá comprometeu-se a discutir com o governo e senadores para encontrar solução capaz de manter o espírito dos projetos, sem, contudo, criar obstáculos ao ajuste fiscal buscado pelo

governo, já que as propostas resultariam na concessão de incentivos fiscais, que poderiam provocar perda de receita tributária.

Ao defender sua proposta, Paulo Hartung disse que o problema do primeiro emprego hoje é preocupação em todo o mundo, uma vez que as empresas quase sempre exigem experiência para contratar trabalhador. Sem acesso ao primeiro emprego, não há como o jovem ter experiência, criando assim um ciclo vicioso, disse Hartung. Antero Paes de Barros entende que o estímulo ao emprego não implica queda de arrecadação, já que, uma vez incorporados ao mercado de trabalho, os novos contingentes de trabalhadores serão também novos contribuintes. O relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), deu parecer favorável às propostas.

Também foi apresentado pedido de vista de outros dois projetos discutidos na CAE. O primeiro

prevê repasse automático de recursos do salário-educação também para os municípios, de autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR). O segundo estende ao Pantanal benefícios concedidos à agropecuária da Região Nordeste.

TRIGO

A CAE acolheu ainda requerimento do senador Osmar Dias (sem partido-PR) para encaminhar à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de sua autoria que reduz de 12% para 7% a alíquota interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre o trigo.

O senador quer, com o requerimento, submeter à CCJ parecer desfavorável ao projeto dado pelo senador Bello Parga (PFL-MA). O relator considerou a proposta inconstitucional, por entender que ao Senado não cabe reduzir alí-



Romero Jucá: garantia de emprego aos jovens mas sem obstáculo ao ajuste fiscal

quotas do ICMS, um imposto estadual. Entretanto, conforme lembrou o próprio relator e o autor do projeto, houve precedente nesse sentido, quando o Senado aprovou a chamada "Resolução Varig", que reduziu, em 1996, a alíquota do ICMS incidente sobre a prestação de serviço interestadual de transporte aéreo de passageiro e de carga, de 12% para 4%.

Balanco Social da Petrobras é ressaltado

Os resultados do Balanço Social 2000 da Petrobras foram elogiados pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR). Segundo o parlamentar, a empresa fez investimento recorde de R\$ 642 milhões nas áreas social, ambiental, cultural e corporativa. O senador citou declaração do presidente da empresa, Henri Philippe Reichstul, de que, "se ao longo do século 20 o segredo era visto como a alma do negócio, hoje se exige do empreendedor, além de transparência, legitimidade social".

Conforme Jucá, o balanço social destaca que os setores de segurança, meio ambiente e saúde mobilizaram a maior parte dos investimentos, constituindo o núcleo da posição política assumida pela Petrobras no relacionamento com a sociedade, a partir do derramamento de óleo na Baía de Guanabara.

Apesar dos permanentes cuidados nas áreas de segurança e meio ambiente, informou o senador, tornou-se necessária a criação do maior e mais ambicioso programa de excelência nesses setores. De acordo com Jucá, foram investidos R\$ 550 milhões, do total de quase R\$ 1,8 bilhão a serem empregados até 2003, contemplando especialmente as tarefas de contenção de derramamento de óleo, recuperação de áreas afetadas, monitoramento e indenizações.

CULTURA

Segundo Romero Jucá, na área cultural a Petrobras mantém os projetos Anima Mundi, um dos maiores festivais de cinema em todo o mundo.

São também destaques o projeto Flautistas Pró Arte, que há 11 anos reúne crianças e adolescentes que tocam instrumentos de sopro; Braguinha para Crianças, de preservação da memória musical do país; 500 Anos de Arte, exposição realizada como parte das comemorações do descobrimento; e Êxodos, que divulga o trabalho do fotógrafo Sebastião Salgado.

— O Balanço Social 2000 da Petrobras é um documento revelador da superação de uma época de muitos enganos e segredos, vencidos pela transparência de seus atuais métodos de ação.

Congresso deve votar MPs e créditos suplementares

O Congresso Nacional reúne-se hoje, às 19h, para votar diversas medidas provisórias (MPs) e créditos extraordinários que somam R\$ 1,742 bilhão, dividido entre a Presidência da República e vários ministérios. Entre as MPs, destaca-se a que assegura o funcionamento de serviços e atividades imprescindíveis à segurança pública. O texto prevê que a União poderá firmar convênio com os estados para que, em caráter emergencial, utilizem servidores públicos federais ocupantes de cargos congêneres e de formação técnica compatível em atividades que preservem a ordem pública e a proteção das pessoas e do patrimônio. Na prática, a MP assegura o poder de polícia às Forças Armadas.

Outra MP institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pela seca, abrangendo o semi-árido da Região Nordeste e o norte de Minas Gerais. Podendo durar até três meses, o programa será custeado com recursos destinados a ações emergenciais de defesa civil e será gerido pelo Ministério da Integração Nacional.

Na mesma linha, será votada a MP que cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde, a chamada Bolsa-Alimentação. Ainda

será votada a MP que garante a meia entrada em estabelecimentos de diversão e eventos culturais, esportivos e de lazer para estudantes, mediante apresentação de carteira comprobatória.

OBRAS

Depois de meses sob investigação do Tribunal de Contas da União, quatro obras voltarão a receber verbas do Orçamento da União. A Comissão Mista de Orçamento decidiu que os problemas identificados pela fiscalização foram resolvidos e as obras de três trechos rodoviários de Minas Gerais e da Adutora Oeste de Pernambuco podem continuar normalmente.

Foram consideradas resolvidas irregularidades nos trechos rodoviários Conselheiro Lafaiete-Piranga-Fervedouro, Araçuaí-Salinhas e Itacarambi-Manga-Montalvânia. Em alguns casos, os responsáveis pelas obras foram punidos com multas e, conforme a fiscalização do TCU, não houve prejuízo financeiro para a União. No caso da Adutora Oeste de Pernambuco, que leva água do Rio São Francisco para 43 localidades de Pernambuco e Piauí, o governo pernambucano havia assumido o pagamento de parte das obras, para que elas não atrasassem.

Presidentes de Eletronorte e Furnas defendem privatização

Dirigentes de estatais participam de audiência pública na comissão especial sobre a crise de energia elétrica e apóiam venda das empresas

Os presidentes da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, e de Furnas, Luiz Carlos Santos, defenderam a privatização das duas empresas durante audiência pública na comissão especial mista criada para estudar as causas da crise de energia elétrica, ontem. Mas Santos entende que a privatização de Furnas deve ser feita de maneira pulverizada e democrática, evitando que a empresa fique com um controlador internacional.

Lopes criticou a forma como a privatização do setor foi administrada pelo governo, assim como o relator da comissão, senador Paulo Souto. Para o senador, o governo não podia ter deixado de investir no setor "de uma hora para outra", e sim traçado estratégia de transição do modelo estatal para o privado. O senador observou, no entanto, que o governo está, agora, tomando as medidas corretas



Luiz Carlos Santos com o deputado Antonio Cambraia, presidente da comissão especial, e o senador Paulo Souto

para solucionar a crise.

Lopes considerou a dinâmica de privatização adotada pelo governo ruim, dizendo que a indefinição levou, por exemplo, à demora na privatização de Tucuruí. Ao mesmo tempo, a falta de investimentos estatais atrasou a obra em dois anos.

— A segunda parte de Tucuruí deveria ficar pronta em dezembro. Seriam mais 2.500 MW, suficientes para solucionar a escassez de energia no Nordeste — afirmou, acrescentando que a Câmara de Gestão da Crise quer, agora, agilizar a obra.

Como solução a curto prazo para a crise, Lopes vê apenas o racionamento. A longo prazo, sugeriu o uso de fontes alternativas, aceleração de obras e especialmente a implantação de plano estratégico para a energia elétrica.

O presidente de Furnas, Luiz Carlos Santos, informou que a empresa, que atende o Sudeste e Centro-Oeste — 49% da população brasileira —, pretende investir neste ano R\$ 1,5 bilhão, mais R\$ 1,6 bilhão no biênio 2002/2003 e, no ano seguinte, R\$ 3 bilhões.

Lobão tenta solução para pedido de garimpeiros de Serra Pelada

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu ontem grupo de cerca de cem garimpeiros de Serra Pelada que acompanham a tramitação de projeto de decreto legislativo de seu interesse. Lobão comprometeu-se a tentar encontrar, junto à assessoria jurídica da Casa, solução que atenda às reivindicações dos garimpeiros e seja viável legalmente.

O relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Bello Parga (PFL-MA), explicou que duas emendas feitas na Câmara, por sugestão dos garimpeiros, são inconstitucionais, e sua aprovação redundaria na nulidade da proposta. Por isso, seu parecer é pela rejeição das emendas.

Diante dos apelos dos garimpeiros, Parga concordou em sustar a apresentação do parecer enquanto Lobão leva o assunto à assessoria.



Bello Parga e Edison Lobão com o grupo de garimpeiros de Serra Pelada



Edison Lobão recebeu representantes de associações das Justças Militares

Edison Lobão também recebeu ontem o juiz corregedor aposentado Célio Lobão, o presidente da Associação dos Magistrados das Justças Militares Estaduais, Getúlio Corrêa, e o coordenador da Justiça Militar na Associação dos Magistrados Brasileiros, Alexandre Aronne de Abreu.

Relator mantém prazo para requalificar botijões

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), relator do projeto de lei que regulamenta a utilização dos botijões de gás liquefeito de petróleo, afirmou que manterá sua posição em favor da fixação do prazo de cinco anos para a requalificação desses recipientes, conforme determina o projeto original da Câmara dos Deputados. Durante audiência pública realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), especialistas do setor afirmaram que o prazo de dez anos, fixado na auto-regulamentação promovida pelas empresas distribuidoras, atende aos requisitos de segurança necessários à população. O relator disse, no entanto, que não pretende modificar o projeto, porque a matéria teria que retornar à Câmara e isso iria acarretar atraso na regulamentação.

Na audiência pública, todos os debatedores afirmaram que a maior parte dos acidentes com botijões de



CAE reuniu especialistas do setor para debater projeto que regulamenta a utilização dos botijões de gás liquefeito de petróleo

gás resulta de mau uso do recipiente, de seu manuseio ou das condições de seus acessórios, como mangueiras e válvulas. Os senadores presentes concluíram pela necessidade de campanhas de esclarecimento aos usuários como forma de evitar acidentes.

O presidente da CAE, senador Lucio Alcântara (PSDB-CE), disse que as empresas devem patrocinar a divulgação dessas campanhas na televisão e no rádio. O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sugeriu que folhetos publicados em linguagem simples e acessível sejam distribuídos junto com os botijões de gás,

esclarecendo o público sobre os cuidados a serem tomados. Roberto Macedo, do Sindigás, prontificou-se a levar as sugestões aos empresários.

Foram ouvidos na CAE os representantes da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Luiz Augusto Horta Nogueira; do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), José Carlos Tomina; do Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), Alfredo Carlos

Lobo; da Associação Brasileira de Normas Técnicas, Sérgio Pacheco; e do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás). Todos concordaram que o Código de Auto-Regulamentação acertado entre as empresas e o governo em agosto de 1996 tem apresentado resultados positivos. Desde aquela data já foram requalificados cerca de 20 milhões de botijões e sucateados seis milhões, e as empresas adquiriram outros 20 milhões de recipientes. Os números variam quanto ao total de botijões em circulação no mercado, que foram estimados entre 60 milhões e 90 milhões.

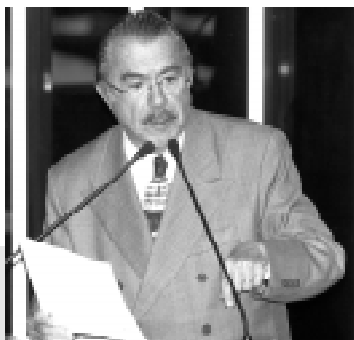
Sarney quer reserva de vagas para negros nas universidades

Senador pediu aprovação imediata de projeto de sua iniciativa que também fixa mínimo de vagas para negros em concursos públicos

O senador José Sarney (PMDB-AP) pediu ontem aos senadores a imediata aprovação de projeto de sua autoria que introduz o sistema de cotas para os negros, mediante reserva de, no mínimo, 20% das vagas nas universidades públicas e privadas, nos concursos públicos dos três Poderes e nos contratos de financiamento para estudantes do terceiro grau. Ele lamentou que o projeto esteja parado, há dois anos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo Sarney, a recente decisão do presidente Fernando Henrique Cardoso de instruir a delegação brasileira à III Conferência Internacional contra a Discriminação Racial e Xenofobia a defender o sistema de cotas para negros como meio de inseri-los na sociedade brasileira representará uma iniciativa poderosa para colocar esse assunto na agenda de discussão do país. A conferência se realizará entre os dias 31 de agosto e 7 de setembro próximos, na África do Sul.

Sarney explicou que o Brasil pode ser considerado uma demo-



José Sarney rebateu argumento de que fixação de sistema de cotas seria inconstitucional

cracia racial porque, mesmo havendo discriminação, não existe segregação racial. Mas os números, segundo disse, são claros — oito em cada dez pobres no Brasil são negros ou pardos. Para ele, a educação representa a ferramenta mais poderosa para integrar segmentos populacionais na sociedade. “Não por acaso, o brasileiro branco estuda, em média, 8,4 anos, enquanto o negro apenas 6,1 anos”, observou.

Ele afirmou que o maior empecilho para a tramitação de seu projeto na CCJ tem sido a noção de que o sistema de cotas seria inconstitucional, por ser discrimi-

natório. “Não aceito esse argumento, porque já temos na legislação brasileira proteção para deficientes, idosos, microempresários e outros”, enfatizou, defendendo ser “chegada a hora de termos uma discriminação positiva em relação aos negros, depois de séculos de escravidão e injustiça”.

O senador lembrou que o Brasil é o segundo país negro do mundo, depois da Nigéria. No entanto, salientou Sarney, os negros têm uma parcela mínima de decisão, são poucos os parlamentares negros e só recentemente as Forças Armadas passaram a ter seu primeiro general negro.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) prometeu ser um aliado incondicional de Sarney nessa luta. Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), se a sociedade trata de forma mais dura os negros, a legislação precisa compensar essa desvantagem.

Também em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que Sarney terá êxito em integrar os excluídos da sociedade. O senador José Fogaça (PMDB-RS) apoiou igualmente a proposta.



Ao lado de José Sarney e Edison Lobão, o presidente da CRE, Jefferson Péres (centro), fala durante a cerimônia

CRE inaugura galeria de fotos de ex-presidentes

Em ato que contou com a presença do presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), e dos senadores Hugo Napoleão (PFL-PI) e José Sarney (PMDB-AP), o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Jefferson Péres (PDT-AM), inaugurou a galeria de fotos dos ex-presidentes da comissão, e fez a aposição do retrato do ex-senador Álvaro Botelho Maia.

Jefferson disse que, ao atualizar

a galeria, notou a falta do ex-senador amazonense. “Álvaro Maia foi um dos ícones da minha geração e brilhou nos campos da política e da literatura, chegando a ser membro da Academia Amazonense de Letras”, afirmou o presidente da CRE. Ele ainda lembrou que Maia foi um dos líderes da Revolução de 30, governou o Amazonas por três vezes, exerceu dois mandatos de senador e foi deputado constituinte de 1935 a 1937.

Ademir pede registro de artigo de Agaciel nos Anais

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) elogiou da tribuna e pediu o registro nos Anais da Casa do artigo intitulado “A dinâmica do Senado”, de autoria do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, publicado ontem no *Jornal de Brasília*.

Para o senador, o artigo ressalta toda a importância do trabalho que a Casa vem realizando nos últimos tempos.

De acordo com Ademir, apesar de o Parlamento ser o verdadeiro poder, uma idéia errada do papel dos parlamentares faz com que muitos deles se submetam ao Executivo para sobreviver politicamente, já que as pessoas consideram que sua função é fazer obras em vez de legislar.

Ademir afirmou que o artigo de Agaciel ressalta o que o Senado tem feito em termos positivos para que o povo brasileiro compreenda mais a política e entenda



Segundo Ademir, artigo ressalta importância do trabalho da Casa

a ação dos seus políticos. Segundo o senador, faz parte dessa filosofia a informatização da Casa, a Interlegis, que conecta o Senado a todas as assembleias legislativas do país, e a edição de livros e CD-ROMs.

— Ressaltamos a importância da TV Senado, da Rádio Senado e do *Jornal do Senado*, que tornam transparente ao povo brasileiro a ação de cada um dos representantes do povo nesta Casa. Sem sombra de dúvida, ajudará a que, a cada eleição, o eleitor brasileiro vote com mais consciência — disse Ademir.

O senador lembrou que os partidos de oposição têm pouco espaço na grande mídia, cabendo aos meios de comunicação da Casa cumprir o papel de mostrar quem trabalha no Parlamento em sintonia com o que o povo deseja.

Delegado e presidente de ONG depõem em CPI

O delegado Nivaldo Farias de Almeida, chefe da Superintendência Regional da Polícia Federal no Amazonas, confirmou ontem, em depoimento à CPI que investiga a atuação das entidades não-governamentais (ONGs) no Brasil, a apreensão de sete toneladas de tantanita e mais sete de ametista no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), extraídos ilegalmente pela ONG Cooperíndio, em área indígena de Paricachoeira, no Alto do Rio Negro.



Presidida por Mozarildo Cavalcanti (C), CPI que investiga ONGs tem como relatora Marluce Pinto

O presidente da Cooperíndio, Jorge Pereira dos Santos, que prestaria depoimento em seguida, pediu para fazê-lo em sessão secreta, o que foi aprovado pelos

membros da CPI, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PMDB-RR).

A CPI acolheu requerimentos da senadora Marina Silva (PT-AC) para que sejam ouvidos nos dias 4 e 11 de setembro, respectivamente, o deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO), presidente da CPI da Grilagem de Terras, e o presidente da Funai.

Senado aprova voto de pesar pelo falecimento de Dilamar Machado

O Senado aprovou requerimento de pesar, apresentado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), pelo falecimento do ex-vereador e ex-deputado estadual do Rio Grande do Sul Dilamar Machado, ocorrido na segunda-feira (dia 27). Radialista e jornalista, Dilamar foi eleito três vezes vereador de Porto Alegre. Em 1982, elegeu-se deputado estadual. Ele também foi diretor do Departamento Municipal de Habitação durante a gestão de Alceu Collares na prefeitura da capital gaúcha.

CFC recebe auditorias nas superintendências do Incra no Amapá e Acre

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) reúne-se hoje, a partir das 18h, para tomar conhecimento de relatórios de auditorias realizadas nas superintendências do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Amapá e no Acre, e também na prefeitura de Teresina (PI).

Serra defende regulação dos planos de saúde

É indispensável a interferência do governo na assistência médica suplementar, afirmou ontem o ministro da Saúde aos participantes de seminário sobre o tema. Ele também apontou avanços no setor, como a padronização das coberturas

Rocha: implante deve exigir termo de responsabilidade

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) defendeu ontem, durante audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para debater o uso de silicone, substitutivo de sua autoria que estabelece a assinatura de termo de responsabilidade por pacientes que se submetam a implantes de silicone. O objetivo, segundo ele, é que os pacientes tenham ciência dos riscos existentes na cirurgia reparadora.

— O termo de responsabilidade não é inovação do Brasil — afirmou, lembrando que nos Estados Unidos esse procedimento é comum.

Rocha debateu o tema com os especialistas Luiz Carlos Garcia, da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica; José Carlos Daher, presidente do sindicato dos hospitais de Brasília; Marcos Ávila, representante do Conselho Nacional de Oftalmologia; e Carlos Yalmovich, que representou Ivo Pitanguy.

A opinião do senador, que é o relator da matéria na CAS e autor

de um substitutivo ao projeto que regulamenta o uso de silicone, é contrária à que foi expressa pelos palestrantes. Carlos Yalmovich sustentou que os riscos de uma cirurgia de implante de silicone são comparáveis aos de qualquer outra. Para Luiz Carlos Garcia, a exigência de documento que utilize termos jurídicos pode, entre outras coisas, prejudicar a comunicação do médico com o paciente.

O senador Nilo Campos (PSDB-RJ) declarou-se favorável a que a assinatura do termo seja adotada para todas as cirurgias. O senador Carlos Patrocínio (sem partido-TO) lembrou que o código de ética de medicina já estabelece que o médico seja punido até com a perda do diploma no caso de procedimento inadequado. No entanto, Rocha disse que só com uma lei o paciente terá o respaldo jurídico necessário. Também estiveram na reunião as senadoras Emilia Fernandes (PT-RS) e Maria do Carmo (PFL-SE).



Rocha (centro) defende termo de responsabilidade para implantes de silicone

Debate sobre uso de silicone prossegue hoje na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) dá prosseguimento hoje ao debate sobre o risco do uso de silicone líquido e de próteses de silicone no organismo humano. A audiência está marcada para as 10h e objetiva instruir projeto, já aprovado pela Câmara, que normatiza a utilização da substância na medicina.

Estão confirmadas as participações de Cláudio Pessanha, diretor-adjunto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), e dos médicos Aloísio Faria de Souza, da Sociedade Brasileira de Medicina Estética, Dóris Maria Hexsel, da Sociedade Brasileira de Dermatologia, e Carlos Augusto Carpaneda, presidente da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica,

seção Distrito Federal.

O relator do projeto na comissão, senador Sebastião Rocha, que é médico, está preocupado com os danos que o silicone pode causar à saúde, como doenças reumáticas, lúpus eritematoso sistêmico e até câncer.

Sebastião Rocha, que apresentou substitutivo ao projeto original da Câmara, defende a proibição do uso de silicone líquido, à exceção do tratamento do glaucoma, doença oftalmológica que pode levar à cegueira. Já o senador Tião Viana (PT-AC), também médico, sugere o aprofundamento do debate, tomando por base legislações sobre uso do silicone de outros países.

O ministro da Saúde, José Serra, defendeu a interferência do governo na regulação dos setores de planos privados de saúde e medicamentos. “Essas são áreas em que o mercado não opera de forma perfeita, sendo, portanto, indispensável a atuação do poder público”, afirmou ontem na abertura do simpósio sobre regulação dos planos de saúde, promovido pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em conjunto com as Comissões de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados.

Ao fazer um balanço dos três anos de regulamentação da área de saúde suplementar, Serra afirmou que houve “enormes avanços”. Dentre os pontos positivos, ele citou a padronização das coberturas, mudanças nos critérios de avaliação de doença preexistente, não exclusão de doenças, não ruptura unilateral do contrato e ressarcimento aos usuários. Dos cerca de 30 milhões de beneficiários do serviço em todo o país, o ministro estima que “ape-



Edison Lobão, Romeu Tuma, José Serra e Sebastião Rocha participaram da abertura do simpósio, que será encerrado hoje

nas 7,5 milhões dos afiliados” aos planos individuais estejam enfrentando problemas hoje.

Coordenador do simpósio pelo Senado, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que, se não houver mediação hábil para resolver os problemas, o setor “vai caminhar eternamente para impasses”. Já o presidente da CAS, senador Romeu Tuma (PFL-SP), considerou fundamental adequar a assistência médica suplementar aos preceitos de universalidade, equidade e integridade que norteiam o Sistema Único de Saúde (SUS).

O coordenador da Comissão Interministerial de Saúde Suplementar, Mário César Scheffer, observou que o aperfeiçoamento dessas políticas passam por um maior controle social.

Realçando seu compromisso com o sistema público de saúde, a presidente da Comissão de Seguridade Social, deputada federal Laura Carneiro (PFL-RJ), advertiu ser fundamental o equilíbrio do sistema, considerando inútil criar garantias para o consumidor impossíveis de serem arcadas pelas empresas de planos de saúde. O simpósio será encerrado hoje.

Brasil revolucionou a área, afirma Lobão

Ao abrir na manhã de ontem simpósio sobre a regulamentação dos planos de saúde, no Auditório Petrônio Portela, o presidente interino do Senado, Edison Lobão, afirmou que, embora o Brasil já tenha completado 500 anos, “foi nos últimos 40 anos que o país fez uma verdadeira revolução em suas estruturas”. O atendimento, hoje, de 160 milhões de pessoas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é exemplo disso, destacou.

O simpósio está debatendo, desde ontem, os aspectos envolvidos na regulamentação dos planos de

saúde, reunindo técnicos do governo e do setor privado, empresários da área de saúde e legisladores, além de advogados e representantes de entidades de classe e de organizações não-governamentais.

A iniciativa do encontro resultou da articulação entre o Conselho Nacional de Saúde, Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado e Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. O senador Sebastião Rocha coordena o evento pelo Senado. O presidente da CAS, sena-

dor Romeu Tuma, presidiu a sessão solene de instalação dos trabalhos.

O presidente interino do Senado, juntamente com o ministro da Saúde, José Serra, participaram da cerimônia de abertura. Em sua chegada ao Senado, Serra foi recebido por Lobão no gabinete da Presidência da Casa. Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, e Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, participaram da recepção ao ministro.

RESULTADOS

Depois de ouvir os pronunciamentos dos senadores Romeu Tuma e Sebastião Rocha, bem como os da deputada Laura Carneiro, presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, e do ministro da Saúde, Lobão manifestou a convicção de que o simpósio trará resultados positivos em função da qualidade das primeiras intervenções.

O senador observou que, entre as características da “verdadeira revolução vivida pelo país nos últimos 40 anos”, destaca-se a preocupação com a qualidade de vida. Outra é o avanço do setor de saúde, acrescentou.



O presidente interino do Senado, Edison Lobão (D), recebeu em seu gabinete o ministro da Saúde, José Serra, antes do início do simpósio

Suassuna pede mais verba para socorrer vítimas da seca

Conforme senador, seca mal começou e dinheiro para aquisição de cestas básicas e programas bolsa-trabalho e bolsa-escola já está acabando. Ele informou que, dos 223 municípios da Paraíba, 194 já decretaram estado de emergência

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou-se preocupado com o combate aos efeitos da seca no Nordeste, porque, segundo afirmou, já foram gastos dois terços do dinheiro que o governo federal reservou para a distribuição de cestas básicas e os programas bolsa-trabalho e bolsa-escola, e a seca "mal começou".

— Não vejo nenhuma movimentação para que sejam destinadas novas verbas para o combate às secas. A distribuição de cestas e de água por carros-pipa só atinge

a área rural, não beneficiando os pobres das cidades. Está havendo um grande protesto dos prefeitos em todo o Nordeste por conta disso — afirmou.

Ele relatou que um prefeito, ao ser questionado por que não buscava as cestas básicas enviadas pelo governo federal, respondeu que iria chamar o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, "para ajudar a selecionar quem devia receber a cesta e quem devia passar fome". O número de ces-

tas "não dá para quem está passando fome", disse o senador.

Suassuna informou que, dos 223 municípios da Paraíba, 194 já decretaram estado de emergência. Segundo informou, cerca de 139 mil cestas de alimentos estão chegando por mês à Paraíba, além de 79 mil bolsas-rendas (R\$ 60 mensais), enquanto na seca chegava ao estado o dobro de cestas. A seu ver, isso é uma prova de que a atual distribuição está longe de atender a todas as pessoas afetadas pela estiagem.



Suassuna também informou que carros-pipa só estão beneficiando a área rural, pois não chegam às cidades

Souto reivindica financiamento para cultura do feijão em Irecê

O senador Paulo Souto (PFL-BA) reivindicou ontem financiamentos do Banco do Brasil para os produtores agrícolas de Irecê, na região semi-árida da Bahia, que tem tradição na cultura do feijão. Ele manifestou esperança de que a parceria do governo estadual com técnicos do Ministério da Agricultura possa resultar num programa de zoneamento agrícola para diversificar as lavouras e garantir recursos.

Segundo Souto, os produtores de Irecê virão a Brasília, nos próximos dias 3 e 4 de setembro, para aprofundar os primeiros entendimentos que já tiveram com o ministro. Ele lembrou que a lavoura de feijão é muito vulnerável aos períodos de seca na região, trazendo quebra de safra, e argu-



Souto citou medidas para recuperar cacau como parceria bem-sucedida entre governos federal e da Bahia

mentou que, sem financiamentos, não é possível haver produção nem de feijão nem de qualquer outro produto.

Como exemplo bem sucedido de parceria entre os governos federal e da Bahia para desenvolver a agricultura no estado, Paulo

Souto citou as medidas para recuperação da lavoura cacauzeira, que está em crise desde 1993, por causa da praga da vassoura-de-bruxa. O programa foi anunciado na última sexta-feira, durante visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Centro de Pesquisas do Cacau (Ceplac), com sede em Ilhéus (BA).

O senador pela Bahia lembrou que o Ceplac identificou tipos de sementes híbridas ou clonadas de cacau, resistentes à praga, abrindo caminho para um programa de financiamento do Banco do Brasil com juros reduzidos, garantindo recursos para os produtores. "Embora a Bahia já tenha diversificado sua agricultura, o cacau continua tendo grande relevância", concluiu.

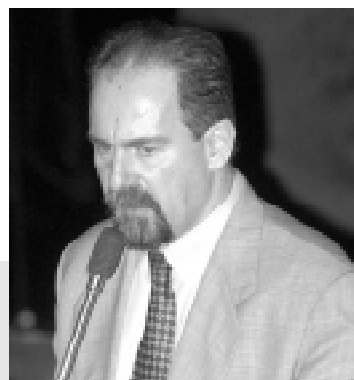
PT exige rápida apuração da morte de sindicalista no Pará

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) leu ontem, em Plenário, nota da Comissão Executiva Nacional do partido que repudia "o bárbaro assassinato" do sindicalista e ex-vereador do PT em Medicilândia (PA), Ademir Alfeu Federicic, conhecido como "Dema", ocorrido no último dia 25, em Altamira (PA). A Executiva Nacional exige, na nota, "a imediata apuração de mais um crime praticado contra as lideranças de trabalhadores rurais comprometidas com a justiça social e com um novo modelo de desenvolvimento para o campo brasileiro".

O sindicalista morto, informou Dutra, era o coordenador do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, vinha fazendo seguidas denúncias sobre desvios de recursos públicos em projetos da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e advertindo sobre os efeitos desastrosos da construção de barragens na região.

BANCÁRIOS

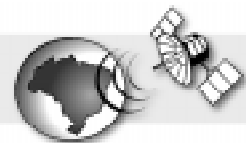
No mesmo pronunciamento, Dutra registrou anúncio publicado ontem na imprensa pelo Sindicato dos Bancários de Sergipe, em comemoração ao Dia Nacio-



José Eduardo Dutra leu em Plenário a nota em que a Executiva Nacional do PT repudia o assassinato

nal dos Bancários. No anúncio, os bancários do estado afirmam que a data é de comemoração e de luta, mas também de protestos pela dívida que os banqueiros acumulam com a categoria.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — Saúde/Unip — Alcoolismo — Parte 1
6h30 — Cidadania — O senador Roberto Saturnino e a pesquisadora Janaína Amado falam sobre a vida e obra de Jorge Amado
7h30 — Entrevista — A dra. Solange Bentes fala sobre a violência contra mulher
8h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
8h30 — Saúde/Unip — Alcoolismo — Parte 1
9h — As Cores do Brasil — Forte de Copacabana
9h30 — Entrevista — O diretor-geral do Senado, Agaciél da Silva Maia, fala sobre a transparência institucional dos órgãos públicos
10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — Proibição de propaganda de boca-de-urna no dia das eleições/Incentivos fiscais a empresas que contratarem maiores de 60 anos e deficientes físicos/Polícia do Senado/Redução do mandato de senador para 4 anos/ Fundo de Desenvolvimento da Amazônia/3 projetos que dispõem sobre os bens de pessoa sequestrada/projeto que acaba com o voto secreto em caso de votação de perda de mandato (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais — Audiência pública para instrução do projeto de lei que estabelece normas para o uso médico das próteses de silicone

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

Logo após — Comissão de Assuntos Econômicos — Reunião extraordinária com audiência pública para analisar o projeto que obriga os distribuidores de gás de cozinha a lacrar os botijões e requalificá-los a cada cinco anos (gravado)
20h30 — Entrevista — A dra. Solange Bentes fala sobre a violência contra mulher
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Sociais
14h15 — Senado Notícias
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Senado Especial

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Educação aprova projeto que previne os crimes na Internet

Proposta obriga provedores de acesso à rede a manterem, pelo prazo mínimo de um ano, registro de todas as conexões realizadas pelos clientes

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto do Senado que regulamenta o acesso a informações da Internet e obriga os provedores de acesso à rede a manterem o registro, pelo prazo mínimo de um ano, de todas as conexões realizadas por seus clientes. O projeto, de autoria do ex-senador Luiz Estevão, foi aprovado em caráter terminativo sob a forma de substitutivo do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), com uma emenda de redação, para corrigir redundância do texto.

– Esse projeto pretende evitar crimes praticados por meio da Internet, que muitas vezes ficavam impunes pela falta de informações necessárias para a adoção de medidas judiciais cabíveis – explicou Álvaro Dias. Os provedores deverão manter cadastro atualizado de seus clientes, cons-

De acordo com o substitutivo aprovado, os provedores estarão obrigados a:

Fornecer tais arquivos às autoridades, mediante determinação judicial

Manter cadastro atualizado de seus clientes, contendo nome, CPF ou CNPJ e endereço

Manter registro de todas as conexões realizadas por seus clientes por no mínimo um ano

Arquivar dados das conexões, como data, horário em que foram feitas e endereços da Internet utilizados

Para entrar em vigor, a matéria ainda depende de aprovação da Câmara dos Deputados e sanção do presidente da República



tando identidade civil, inscrição no CPF ou CNPJ e endereço.

Dos 21 projetos de decreto legislativo em pauta, a Comissão de Educação aprovou 17 atos autorizando a exploração de serviço de radiodifusão comunitária em municípios do Paraná, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Paraíba e Santa Catarina.



Álvaro Dias é o autor do substitutivo aprovado pela Comissão de Educação

Audiência debaterá crimes na informática

As Comissões de Educação (CE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) devem promover audiência pública conjunta para instruir a votação do projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que classifica e define penas para crimes na área de informática. A proposta partiu de requerimento de Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), aprovado ontem em reunião da CE.

Apesar do caráter “oportuno e moderno” da iniciativa, Juvêncio da Fonseca apontou “imprecisões e equívocos” no texto do projeto. O senador peemedebista questionou, por exemplo, divergências nas penas previstas no projeto e no Código Penal para crimes idênticos, embora praticados de forma diversa.

Por sugestão do presidente da CE, senador Ricardo Santos (PSDB-ES), as duas comissões também devem elaborar parecer conjunto sobre a matéria. Embora entenda que cabe à CE opinar apenas sobre o mérito da proposta, após a apreciação dos aspectos de constitucionalidade e juridicidade pela CCJ, o relator na CE, senador José Fogaça (PMDB-RS), disse que, como a tramitação foi invertida, seu parecer terá um en-



Comissão de Educação quer ouvir ministro da Comunicações e jornalistas

foque “técnico-jurídico”.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apoiou a iniciativa de Juvêncio da Fonseca, alertando que o Congresso tem a responsabilidade de produzir leis aplicáveis e corretas quanto à legalidade. Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Carlos Patrocínio (sem partido-TO) e Arlindo Porto (PTB-MG) também acreditam que a audiência pública vai ajudar a corrigir imperfeições do projeto. O evento deve contar com a presença de representantes do Ministério Público da União, do Ministério da Justiça, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Ordem dos Advogados do Brasil, da magistratura e de provedores da Internet.

LEI DA RADIODIFUSÃO

Outro requerimento aprovado pela CE, de autoria do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), prevê a

realização de duas audiências públicas para debater a nova Lei de Radiodifusão proposta pelo Ministério das Comunicações. As discussões serão promovidas em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática e, segundo os senadores Ricardo Santos e Casildo Maldaner (PMDB-SC), são extremamente importantes, considerando que a CE se pronuncia sobre todos os atos autorizando a exploração de serviços de radiodifusão.

Devem participar da primeira audiência o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, o diretor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB), Murilo César Ramos, o diretor do programa *Observatório da Imprensa*, Alberto Dines, e o jornalista Etevaldo Siqueira, do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Simon homenageia evento literário em Passo Fundo

A Jornada Literária Nacional, um dos maiores eventos da América Latina, que, durante quatro dias, reúne escritores e leitores na cidade de Passo Fundo (RS), foi homenageada ontem pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). “Um acontecimento verdadeiramente fantástico, quase inacreditável, num



Pedro Simon: jornada deve receber 10 mil pessoas por dia até sexta-feira

país onde, tradicionalmente, se lê pouco. É claro que, para realizar a Jornada Literária Nacional, toda a cidade de Passo Fundo se mobiliza. A equipe organizadora reúne centenas de pessoas movidas pela paixão pela literatura, entusiasmadas, certas de que estão realizando um trabalho meritório”, assinalou o senador.

Simon explicou que de ontem até sexta-feira, cerca de 10 mil pessoas frequentarão diariamente o evento, onde estarão presentes mais de uma centena de renomados autores, nacionais e estrangeiros, participando de mesas-redondas, palestras, seminários, cursos e debates. Ele lembrou que a Jornada Literária Nacional nasceu em 1981, durante uma conversa entre a professora Tânia Rosing e o escritor Josué

Guimarães.

– Tudo começou quando ela lamentou a “mesmice das aulas” e disse que gostaria de fazer um evento, mas não acreditava que escritores de Porto Alegre fossem se abalar até Passo Fundo. Então, o escritor Josué Guimarães se entusiasmou com a idéia e

convenceu vários autores a participarem do primeiro encontro, que reuniu cerca de 750 pessoas – afirmou.

Entre os acontecimentos da jornada literária, Simon destacou a concessão do Prêmio Passo Fundo Zaffari & Bourbon de Literatura, o maior do gênero no Brasil, que dará R\$ 100 mil ao autor do melhor romance publicado no ano passado. Segundo o senador, estão concorrendo dez autores brasileiros e uma escritora moçambicana. Outro aspecto destacado por Simon foi o objetivo do evento, direcionado para o encontro do público com os escritores e a criação de leitores. “A jornada começa quando os estudantes inscritos iniciam a ler e a discutir as obras dos escritores que estarão em Passo Fundo”.

Francelino registra exposição no Rio sobre o surrealismo

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) registrou a abertura, no último dia 20, de exposição sobre o surrealismo no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) do Rio de Janeiro. De acordo com Francelino, a mostra – enriquecida por vídeos, conferências e por um seminário – tem, além de ou-



Francelino lembra que exposição conta com 300 obras de todo o mundo

pretende mostrar ao público brasileiro um panorama bastante abrangente do movimento que tornou conhecidos Salvador Dalí, Joan Miró e René Magritte.

Na opinião de Francelino Pereira, o surrealismo, se não foi o movimento que ganhou difusão mais rápida em todo o mundo, sem dúvida figura como o que por mais tempo permaneceu em circulação, tanto no exterior como no Brasil. “A exposição é uma boa oportunidade para avaliar até que ponto o surrealismo influenciou alguns artistas plásticos brasileiros”, afirmou.

Francelino lembrou que a exposição conta com 300 obras de todo o mundo.

Ex-dirigente pede gestão profissional no esporte

Márcio Braga, ex-presidente do Flamengo e ex-deputado, diz que é preciso abandonar a estrutura regulamentada em 1941 e vigente até hoje

Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)



do Futebol, ontem, o ex-presidente do Flamengo e ex-deputado federal Márcio Braga apresentou várias sugestões de mudança na legislação sobre esportes, como a adoção de gestão profissional, a definição de um estatuto do atleta, a implantação de um tribunal de penas e a modificação da estrutura administrativa do futebol, com a criação de ligas ou alianças. Segundo Márcio Braga, suas propostas estão baseadas em estudos de sociólogos e estudiosos do assunto.

Márcio Braga acredita que a situação atual do futebol brasileiro reflete a história da profissionalização do esporte, iniciada nos anos 30 de maneira desorganizada. Para regulamentar a atividade, em 1941, o então presidente Getúlio Vargas baixou um decreto em que as confederações eram os órgãos máxi-



Ao lado dos senadores Geraldo Althoff e Álvaro Dias, Márcio Braga apresentou várias sugestões de mudança na legislação sobre esportes

mos, estrutura que, a seu ver, vige até hoje. "Essa estrutura precisa ser abandonada. As leis Zico e Pelé fizeram isso em parte, mas ainda falta muito", disse.

Para o ex-deputado, o esporte, no que diz respeito à ação do Estado, deve ser tratado apenas como uma questão de educação. Além disso, ele sugere que não haja mais diferenciação entre esporte profissional e amador. "O

atleta pode ser classificado assim, mas o esporte é um só", disse.

Quanto à profissionalização da gestão, Braga opinou que o esporte praticado por profissionais seja administrado por profissionais e que os contratos sejam trazidos à luz do dia. Ele defendeu ainda a implantação de uma lei que defina penas para os crimes cometidos no esporte. "Hoje os dirigentes não são julgados por ninguém", afirmou.

CPI faz nova representação contra Eurico

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades cometidas nas associações brasileiras de futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), informou ontem que a CPI está encaminhando nova representação criminal ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, contra o deputado Eurico Miranda. A representação foi motivada pela tentativa do deputado de impedir a investigação de assessores da CPI no Vasco da Gama. "É crime impedir ou tentar impedir o funcionamento de uma CPI", afirmou Álvaro.

Em nome do Senado Federal, Álvaro Dias repudiou as "declarações agressivas" feitas pelo presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, contra a instituição e contra o



Álvaro Dias: "É crime impedir ou tentar impedir o funcionamento de uma CPI"

relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), tornadas públicas em gravação da Rádio Gaúcha, de Porto Alegre. "Essas declarações demonstram a prepotência e arrogância de nossos dirigentes, que se acham donos do futebol e são acostumados à impunidade", afirmou Álvaro Dias.

Integrantes da CPI já requisitaram à Rádio Gaúcha cópia da fita em que Ricardo Teixeira conversa com presidentes das federações estaduais, quando teria dito ser preciso fazer tudo que estivesse ao alcance para evitar que a CPI concluísse seus trabalhos. "A fita será enviada para perícia técnica e encaminhada ao Ministério Público para determinação de responsabilidades civis e criminais", disse Álvaro.

O senador informou que os próximos depoimentos da CPI deverão servir para o esclarecimento de denúncias ou apresentação de defesas. Álvaro Dias confirmou para amanhã, às 10h, o depoimento do presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva. O senador disse que o deputado Eurico Miranda é esperado na CPI no próximo dia 11, mas o depoimento ainda não está confirmado. No dia 13, a comissão deverá realizar uma reunião administrativa para debater questões legislativas.

No dia 2 de outubro espera-se a presença do presidente da CBF, Ricardo Teixeira, e nos dias 6 e 8 de novembro será apresentado o relatório final da CPI. O relator, senador Geraldo Althoff, informou que a apresentação foi dividida em dois dias porque no primeiro, uma terça-feira, serão publicadas as conclusões sobre as denúncias, e no segundo dia, uma quinta-feira, será o momento de apresentar as propostas da comissão.

Livro sobre os bastidores do governo Sarney será lançado hoje

Será lançado hoje, às 19 horas, no Salão Negro do Congresso, o livro *Sarney – o outro lado da história*, que reúne depoimentos de ministros e colaboradores do então presidente José Sarney sobre fatos ocorridos no período em que o atual senador pelo PMDB do Amapá



Sarney ocupou o Palácio do Planalto de 1985 a 1990, período abordado no livro

ocupou o Palácio do Planalto, de 1985 a 1990. Disputas políticas, dificuldades com o Congresso, greves, mudanças econômicas e uma delicada negociação com os militares com o objetivo de fazer o país concluir a transição para a democracia são alguns dos temas abordados pelos autores, sob a coordenação do jornalista Oliveira Bastos.

Os depoimentos foram escritos pelos ex-ministros João Sayad, do Planejamento, Saulo Ramos, da Justiça, Mailson da Nóbrega, da Fazenda, Almir Pazzianotto, do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, da Casa Civil,

Bayma Denys, da Casa Militar, e por Luiz Roberto Nascimento e Silva, ex-assessor de Sarney e ministro do Interior no governo de Itamar Franco. O livro traz também uma entrevista com Sarney, feita pelo historiador Benedito Buzar, e comentários políticos de Vamireh Chacon, professor de

Ciência Política da UnB, e Antonio Dantas, também da UnB, além de professor emérito da Universidade de Cornell (EUA). Para Oliveira Bastos, Sarney colocou um ponto final num ciclo de 70 anos em que o revanchismo foi o maior combustível da política brasileira. Avaliando as dificuldades que enfrentou, Sarney faz uma revelação: "Tive que assumir minha fraqueza para ir me tornando cada vez menos fraco". Foi assim que, tendo recebido um ministério pronto, foi mudando aos poucos os rumos da política e governando o país.

Senado é a terceira instituição pública mais visitada em Brasília

Vencedor em 1999 do Prêmio Idéias em Relações Públicas, concedido pelo Conselho Regional de Relações Públicas do Rio de Janeiro, na categoria Imagem Pública Institucional, o projeto Visite o



Projeto Visite o Senado atendeu 41 mil pessoas de janeiro a agosto deste ano

Senado, desenvolvido há mais de 15 anos pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, vem reafirmando a cada ano a posição da Casa como uma das instituições do Distrito Federal que mais interesse despertam em visitantes do Brasil e do exterior. Dados divulgados recentemente pela Agência de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal apontam o Senado como a terceira instituição pública mais visitada em Brasília, logo após o Panteão da Pátria e o Espaço Lúcio Costa.

Realizadas em grupos, com orientação de monitores, as visitas, que duram aproximadamente 35 minutos, não se limitam a um passeio pelas principais instalações. Os

visitantes recebem informações sobre o funcionamento do Senado e sua participação no desenrolar de alguns dos principais acontecimentos da história política do Brasil.

De janeiro a agosto deste ano, o projeto Visite o Senado atendeu 41 mil pessoas, contra apenas 8.500 em 1995. O Senado também foi pioneiro na abertura para visitas nos finais de semana, ocorrida em 1996. A medida é importante para o desenvolvimento do turismo cívico em Brasília, pois cerca de 40% das visitas ocorrem nos fins de semana.

O projeto não é suspenso durante o recesso parlamentar. A visita pode ser oferecida em inglês, francês e espanhol.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Edison Lobão e Antonio Carlos Valadares